



## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR E GERENCIAMENTO DE RISCOS**

**OBJETO:** Análise da viabilidade técnica e econômica da melhor solução para atendimento da demanda por medicamentos éticos, similares, genéricos e biológicos que não fazem parte da Farmácia Básica atendendo às necessidades operacionais das Secretaria Municipal de Saúde de Bataguassu/MS, pelo período de 12 meses.

### **LEGISLAÇÃO DE REFERÊNCIA**

- Lei 14.133/2021 Normas para Licitações e Contratos da Administração Pública;
- Lei Complementar 123/2006: Dispõe sobre o tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte;
- Resolução TCE/MS 88/2018 e suas alterações;
- Decreto municipal 70/2025: Dispõe sobre a elaboração do Estudo Técnico Preliminar;
- Decreto Municipal 72/2025: Dispõe sobre o procedimento auxiliar do Sistema de Registro de Preços no âmbito municipal;
- Decreto Municipal 95/2025: Dispõe sobre as práticas de gestão de risco;
- Decreto 165/2025: Dispõe sobre a regulamentação do reequilíbrio econômico-financeiro em contratos administrativos e atas de registro de preços;
- Demais legislações pertinentes.

**REQUISITANTE:** Fundo Municipal de Saúde

### **DISPENSA DA DIVULGAÇÃO DA IRP**

O presente estudo visa a formalização de Registro de Preços para futura e eventual aquisição de medicamentos que não fazem parte da Farmácia Básica, visando atender as necessidades da secretaria, pelo período de 01 (um) ano.

Vale consignar, que neste procedimento, a Lei Federal nº 14.133/21 prevê:



Art. 86. O órgão ou entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório, para fins de registro de preços, realizar procedimento público de intenção de registro de preços para, nos termos de regulamento, possibilitar, pelo prazo mínimo de 8 (oito) dias úteis, a participação de outros órgãos ou entidades na respectiva ata e determinar a estimativa total de quantidades da contratação.

No mesmo sentido, o Decreto Municipal nº 72/2025, que regulamenta o Sistema de Registro de Preços no âmbito municipal, afirma:

Art. 9º Para fins de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora deverá, na fase preparatória do processo licitatório ou da contratação direta, realizar procedimento público de IRP para possibilitar, pelo prazo mínimo de oito dias úteis, a participação de outros órgãos ou outras entidades da Administração Pública na ata de registro de preços e determinar a estimativa total de quantidades da contratação, observado, em especial, o disposto nos incisos III e IV do caput do art. 7º e nos incisos I, III e IV do caput do art. 8º.

(...)

Art. 10. O procedimento previsto no artigo 9º poderá ser dispensado quando a contratação tiver por objetivo o atendimento apenas do órgão gerenciador e seus fundos especiais.

Desta forma, considerando que se trata de demanda exclusiva do Fundo Municipal de Saúde, que é um dos fundos especiais do município, justifica-se, portanto, a dispensa da publicação do IRP.

## **I. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO, CONSIDERADO O PROBLEMA A SER RESOLVIDO SOB A PERSPECTIVA DO INTERESSE PÚBLICO**

O presente estudo tem por objeto analisar a melhor opção para atendimento da demanda por medicamentos éticos, similares, genéricos e biológicos que não integram a Farmácia Básica Municipal, de forma a garantir o fornecimento parcelado mediante oferta de maior percentual de desconto sobre a Tabela da CMED, atendendo às necessidades operacionais da Secretaria Municipal de Saúde do município de Bataguassu/MS.



A medida visa assegurar a continuidade e a integralidade da assistência farmacêutica, promovendo o acesso oportuno e equitativo da população aos medicamentos necessários, além de garantir maior eficiência administrativa e melhor gestão dos recursos públicos durante o período de vigência da contratação.

A requisição se justifica pela necessidade de implementação de solução flexível e eficiente para aquisição de medicamentos não padronizados, conforme justificativa técnica da Secretaria Municipal de Saúde, o que atualmente compromete a continuidade, a economicidade e a conformidade legal do atendimento farmacêutico à população.

A não realização da contratação implicará desabastecimento de medicamentos não padronizados, atrasos ou interrupções no atendimento aos pacientes, aumento de demandas judiciais, necessidade de aquisições emergenciais a preços superiores, comprometimento da eficiência da gestão da assistência farmacêutica e prejuízo à imagem institucional do Município e à confiança da população nos serviços públicos de saúde.

Dessa forma, a presente requisição é essencial para assegurar a eficiência e a continuidade das ações da Administração, atender plenamente ao interesse público e garantir a melhor aplicação dos recursos públicos.

## **II. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO NECESSÁRIOS E SUFICIENTES À ESCOLHA DA SOLUÇÃO, PREVENDO CRITÉRIOS E PRÁTICAS DE SUSTENTABILIDADE, OBSERVADAS AS LEIS OU REGULAMENTAÇÕES ESPECÍFICAS, BEM COMO PADRÕES MÍNIMOS DE QUALIDADE E DESEMPENHO**

### **Requisitos da Contratação**

Somente poderão ser entregues os medicamentos cadastrados na lista CMED que não fazem parte da Farmácia Básica, sendo fornecidos conforme prescrição médica e solicitações da Secretaria Municipal de Saúde;

A licitante vencedora deverá fornecer o percentual de desconto sobre todos os itens listados na Tabela da CMED (Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos), vigente à época do faturamento.



Fornecimento de medicamentos éticos, similares, genéricos e biológicos, devidamente registrados junto à ANVISA, em conformidade com a legislação sanitária vigente;

Os medicamentos deverão apresentar prazo mínimo de validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de entrega à Administração, salvo exceções devidamente justificadas e previamente autorizadas pela Secretaria Municipal de Saúde;

Atendimento integral às disposições legais e regulamentares aplicáveis, especialmente às normas sanitárias, fiscais e contratuais.

### **Requisitos Gerais**

A contratada deverá cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto.

A contratada deverá manter, durante toda a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em compatibilidade com as obrigações assumidas.

Todas as despesas decorrentes da execução do objeto são responsabilidade exclusiva da contratada, inclusas as despesas de seguros, tributos, encargos trabalhistas e previdenciários decorrentes da prestação de serviços.

O objeto contratado deverá estar dentro das normas de Legislação vigente de qualidade/técnica, notadamente no que tange a Lei nº 14.967/2024, aplicando-se subsidiariamente, no que couber, as disposições da Lei nº 8.078 de 11/09/90 – Código de Defesa do Consumidor.

### **Subcontratação**

Não será permitida a subcontratação do objeto sem a prévia e expressa autorização por escrito da Administração.

### **Garantia da Contratação**

Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

### **III. LEVANTAMENTO DE MERCADO, QUE CONSISTE NA ANÁLISE DAS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS, E JUSTIFICATIVA TÉCNICA E ECONÔMICA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR**

Após a análise do objeto demandado (medicamentos éticos, similares, genéricos e biológicos não integrantes da Farmácia Básica Municipal) e dos requisitos mínimos definidos pela área requisitante, realizou-se levantamento de mercado considerando as alternativas possíveis.

**Aquisição através de pregão eletrônico com critério menor preço por item:** essa alternativa não se mostra a mais viável no atual cenário, isso porque embora o Município disponha de lista padronizada de medicamentos que compõem a Farmácia Básica, a realidade operacional da rede municipal de saúde evidencia a existência recorrente de demandas por medicamentos não padronizados, oriundas de prescrições médicas específicas, tratamentos individualizados, atendimentos especializados, intercorrências clínicas e situações de urgência e emergência.

Tais demandas possuem caráter variável e imprevisível, tanto em relação ao tipo de medicamento quanto ao quantitativo necessário, circunstância que inviabiliza a definição prévia e exata do consumo anual, exigindo solução contratual flexível, eficiente e juridicamente segura.

**Execução ou produção interna pela Administração:** Avaliou-se a possibilidade de o Município realizar internamente a atividade, produzir o item ou prestar o serviço com recursos próprios. Entretanto, identificou-se a inviabilidade técnica e operacional devido à ausência de estrutura adequada, limitações de pessoal, falta de certificações, necessidade de equipamentos específicos ou risco de comprometer a qualidade e a segurança, tornando a alternativa inadequada.

**Aquisição por Sistema de Registro de Preços mediante julgamento pelo maior percentual de desconto sobre a Tabela da CMED:** essa opção viabiliza a



aquisição eventual e parcelada dos medicamentos, conforme a demanda real do setor de assistência farmacêutica, possibilitando maior flexibilidade, controle de estoques e atendimento eficiente às necessidades da população.

Nesse sentido, a adoção do critério de julgamento baseado no maior percentual de desconto sobre a Tabela CMED, órgão oficial responsável pela regulação dos preços máximos de medicamentos no território nacional, garante transparência, objetividade, isonomia e segurança jurídica ao certame.

A Tabela CMED constitui parâmetro público e oficial, amplamente reconhecido pelos órgãos de controle, reduzindo a subjetividade na formação de preços e assegurando uniformidade na comparação das propostas. A utilização do desconto percentual permite, ainda, que eventuais alterações regulatórias nos preços sejam automaticamente absorvidas ao longo da vigência da ata, sem necessidade de renegociações frequentes ou reequilíbrios econômico-financeiros complexos.

Após a verificação do objeto demandado e dos requisitos da contratação, analisa-se as alternativas de mercado apresentadas e seleciona-se a opção mais adequada: adoção do Sistema de Registro de Preços com fornecimento parcelado, mediante julgamento pelo maior percentual de desconto sobre a Tabela da CMED.

Essa alternativa foi escolhida por apresentar maior viabilidade técnica, aderência normativa, eficiência operacional e compatibilidade com as necessidades da Administração. Entre as vantagens destacam-se: flexibilidade para aquisição conforme demanda, redução de custos por meio de descontos sobre preços regulados, melhor controle de estoques, diminuição de perdas por vencimento, agilidade nas contratações e segurança jurídica.

Conclui-se que a opção pelo Sistema de Registro de Preços com fornecimento parcelado é a melhor alternativa, pois supera as demais opções avaliadas ao garantir atendimento contínuo, economicidade, eficiência administrativa e mitigação de riscos, além de proporcionar maior transparência e padronização dos procedimentos de compra.

Quanto à modalidade licitatória a ser empregada, o pregão eletrônico para registro de preços revela-se a mais adequada para atender ao interesse público,





considerando que os bens a serem registrados possuem natureza comum, cujos padrões de desempenho e qualidade são objetivamente definidos e podem ser atendidos por diversos fornecedores no mercado. O pregão eletrônico proporciona maior competitividade, celeridade, transparência, economia de recursos públicos e possibilidade de ampla participação de licitantes de todo o território nacional, inclusive microempresas e empresas de pequeno porte, alinhando-se perfeitamente aos princípios constitucionais da administração pública e às exigências de eficiência e economicidade.

Diante do exposto, a utilização do Pregão Eletrônico está amparada pelo disposto na Lei nº 14.133/2021, sendo a forma recomendada para a aquisição dos bens/serviços descritos, principalmente considerando o valor estimado da contratação, a necessidade de celeridade no atendimento ao cronograma da Secretaria solicitante e a garantia de qualidade, compatibilidade e conformidade com normas aplicáveis.

#### **IV. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, INCLUSIVE DAS EXIGÊNCIAS RELACIONADAS À MANUTENÇÃO E À ASSISTÊNCIA TÉCNICA, QUANDO FOR O CASO**

A solução proposta consiste em aquisição eventual e parcelada de medicamentos éticos, similares, genéricos e biológicos não integrantes da Farmácia Básica, por meio de Sistema de Registro de Preços, a ser executada conforme as especificações técnicas e operacionais definidas pela unidade requisitante. O objetivo é atender plenamente à necessidade identificada, garantindo qualidade, segurança, eficiência e conformidade com as normas aplicáveis.

A solução deverá abranger o fornecimento completo dos medicamentos, incluindo todas as etapas necessárias à correta execução contratual, tais como fornecimento, transporte, entrega, controle de validade, substituição de itens em desconformidade e atendimento às exigências sanitárias, assegurando a entrega integral e o funcionamento adequado do objeto, de acordo com o planejamento administrativo.

A contratada será responsável por realizar a entrega ou execução sem ônus adicional à Administração, observando integralmente as condições previstas no edital e seus anexos, bem como a legislação vigente.

A solução exige ainda o cumprimento das normas sanitárias, autorização de funcionamento e certidão de regularidade técnica, bem como a adoção de procedimentos que preservem os bens públicos, a integridade física dos usuários e a eficiência da execução.

Dessa forma, a solução apresentada atende integralmente à necessidade identificada pela Administração, oferecendo resposta completa, tecnicamente adequada e eficiente ao problema a ser solucionado, garantindo conformidade, economicidade, segurança e alinhamento aos objetivos institucionais.

**A exigência de registro na Vigilância Sanitária** é justificada pela necessidade de garantir que a empresa fornecedora atenda aos padrões de segurança dos medicamentos e higiene estabelecidos pela legislação vigente, minimizando riscos à saúde dos usuários e assegurando a qualidade dos medicamentos fornecidas. Tal requisito é fundamental para a aquisição em conformidade com as normas sanitárias.

**A exigência da Autorização de Funcionamento (AFE)** da Anvisa justifica-se por ser documento obrigatório para empresas que atuam na comercialização e distribuição de medicamentos, garantindo que a contratada esteja devidamente regularizada perante a autoridade sanitária competente, em conformidade com a legislação vigente, o que assegura a qualidade, a segurança e a legalidade dos produtos fornecidos à Administração.

**Certidão de Regularidade Técnica ou documento equivalente**, expedido pelo Conselho Regional de Farmácia – CRF, comprovando a inscrição da empresa e a indicação de responsável técnico farmacêutico legalmente habilitado

#### **Justificativa da não participação de consórcio de empresas**

Nos termos do art. 15 da Lei nº 14.133/2021, a vedação à participação de empresas em consórcio deve ser devidamente motivada. No presente caso, o objeto não





se caracteriza como de grande vulto, tampouco envolve alta complexidade técnica, o que afasta a necessidade de permitir a formação de consórcios, conforme parâmetros legais.

Adicionalmente, a estrutura administrativa da Prefeitura de Bataguassu é enxuta, não dispondo de recursos adequados para gerenciar contratações com consórcios, o que poderia comprometer a eficiência da gestão contratual. Ressalta-se ainda que a permissão para atuação consorciada poderia reduzir a competitividade do certame, ao favorecer a união de potenciais concorrentes.

Dessa forma, a vedação à participação de consórcios visa preservar a ampla concorrência e a vantajosidade da contratação, sem prejuízos técnicos ou econômicos à Administração.

### **Justificativa para não adoção de cota reservada a ME/EPP**

Nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, especialmente do art. 48, a Administração Pública poderá estabelecer tratamento diferenciado e favorecido às microempresas e empresas de pequeno porte, inclusive mediante reserva de cota, desde que tal medida seja compatível com o objeto licitado e não comprometa a economicidade, a competitividade e o interesse público.

No caso em tela, a licitação para aquisição de medicamentos foi estruturada com critério de julgamento de maior desconto sobre os valores da Tabela CMED, abrangendo um único item, no qual o licitante deverá ofertar percentual único de desconto aplicável a todos os medicamentos constantes da referida tabela, podendo a Administração demandar quaisquer deles, desde que não integrantes da lista da farmácia básica. Tal modelagem visa assegurar maior flexibilidade no atendimento das demandas da Administração, padronização contratual e maximização do ganho econômico por meio da obtenção do maior desconto global possível.

A adoção de cota reservada para ME/EPP mostra-se tecnicamente inviável, uma vez que o objeto não comporta parcelamento ou divisão em itens distintos sem prejuízo à sua lógica econômica e operacional. A fragmentação do objeto ou a reserva de parte dele implicaria a necessidade de múltiplos contratos ou a aplicação de descontos distintos para um mesmo conjunto de medicamentos, o que comprometeria a eficiência



da gestão, a uniformidade de preços e a economicidade da contratação, contrariando os princípios que regem a Administração Pública.

Ademais, considerando que o valor total estimado da contratação é de um milhão de reais, a reserva de cota poderia reduzir significativamente a competitividade do certame e limitar a obtenção do maior desconto possível sobre a Tabela CMED, com potencial impacto negativo sobre o custo final suportado pela Administração. Ressalta-se que o art. 49, inciso III, da Lei Complementar nº 123/2006 excepciona a aplicação do tratamento favorecido quando este não se mostrar vantajoso para a Administração Pública.

Dessa forma, a não destinação de cota reservada a microempresas e empresas de pequeno porte encontra respaldo legal e técnico, sendo a medida mais adequada para assegurar a economicidade, a eficiência e o atendimento do interesse público, sem prejuízo da ampla participação de ME/EPP no certame, que poderão concorrer com as demais empresas e se beneficiarem de outros benefícios previstos na mencionada lei.

#### **V. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS, ACOMPANHADA DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, CONSIDERANDO A INTERDEPENDÊNCIA COM OUTRAS CONTRATAÇÕES, DE MODO A POSSIBILITAR ECONOMIA DE ESCALA**

O quantitativo definido a partir da análise do histórico de consumo, da evolução da demanda ao longo do exercício anterior, das projeções de atendimento para o próximo período e do aumento populacional.

Registra-se que o valor ora previsto sofreu alteração substancial em relação ao processo anterior, em razão do aumento significativo da procura por medicamentos não integrantes da Farmácia Básica, decorrente da ampliação dos atendimentos na rede municipal de saúde e da maior complexidade das prescrições médicas apresentadas.

O contrato anterior do mesmo objeto foi formalizado em 07/05/2025, prevendo um saldo total de R\$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais), para atendimento pelo período de 12 (doze) meses. Contudo, a procura pelos medicamentos não contemplados na farmácia básica superou as expectativas da secretaria solicitante,



tendo esgotado o saldo do processo em cinco meses de execução. Diante disso, em 05/11/2025 foi realizado aditivo de quantidade no contrato, no valor de R\$ 71.250,00 (setenta e um mil, duzentos e cinquenta reais). O saldo do aditivo, por sua vez, também encontra-se praticamente esgotado, restando apenas R\$ 296,55 (duzentos e noventa e seis reais e cinquenta e cinco centavos) a executar, conforme relatório anexo a este estudo.

Restou evidente que o crescimento populacional, aliado à ampliação do atendimento da rede pública de saúde, resultou em uma demanda inesperada pela administração pública, de modo que o quantitativo anterior somado ao aditivo de 25% (vinte e cinco por cento) não foi suficiente para atender as necessidades da população pelo período estabelecido inicialmente de 12 (doze) meses.

Adicionalmente, o dimensionamento orçamentário considerou a expectativa de crescimento populacional do município de Bataguassu/MS no próximo ano, em virtude da chegada de um contingente expressivo de trabalhadores que atuarão na fase de construção da fábrica de celulose a ser instalada no município, bem como de seus respectivos núcleos familiares, cenário que impactará diretamente a demanda pelos serviços públicos de saúde, especialmente pela assistência farmacêutica municipal.

Com base nesse estudo, considerando a insuficiência do saldo previsto no processo anterior e a previsão de aumento populacional expressivo decorrente do crescimento do setor de indústria no município, foi definido pela equipe técnica da Secretaria Municipal de Saúde o valor de R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) como saldo para este novo processo licitatório, a fim de atender de forma satisfatória a população durante o período de 12 (doze) meses.

Destaca-se que o valor estimado possui caráter meramente estimativo, típico do Sistema de Registro de Preços, não implicando obrigatoriedade de aquisição integral, servindo exclusivamente para fins de planejamento orçamentário e financeiro, em observância aos princípios da eficiência, da economicidade e da responsabilidade fiscal.



**VI. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO, ACOMPANHADA DOS PREÇOS UNITÁRIOS REFERENCIAIS, DAS MEMÓRIAS DE CÁLCULO E DOS DOCUMENTOS QUE LHE DÃO SUPORTE, QUE PODERÃO CONSTAR DE ANEXO CLASSIFICADO, SE A ADMINISTRAÇÃO OPTAR POR PRESERVAR O SEU SIGILO ATÉ A CONCLUSÃO DA LICITAÇÃO**

O valor estimado da contratação é de **R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais)**, conforme tabela consta na tabela abaixo:

Item	Código	Descrição do Produto/Serviço	Unidade	Qtd	Valor Total Estimado	Percentual de Desconto Estimado
1	002.088.090	Medicamentos Éticos, Similares, Genéricos e Biológicos que não fazem parte da Farmácia Básica, com fornecimento parcelado, através de oferta de maior porcentagem de desconto sobre a Tabela da CMED – regulada pela Câmara de Regulação do Mercado de Medicamentos, vinculada ao Ministério da Saúde.	UN	1	R\$ 1.000.000,00	19%
<b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b>					<b>R\$ 1.000.000,00</b>	

O percentual de desconto estimado é de 19% (dezenove por cento) sobre os itens da Tabela CMED. Tal estimativa tem como base o resultado do último processo desse objeto, realizado em 2025 (Processo Administrativo n. 06/2025, Pregão Eletrônico n. 05/2025), conforme documento anexo a este estudo.

Contudo, para que haja maior eficiência nos preços referenciais, estes serão definidos através de pesquisa de preços de acordo com Decreto Municipal nº 330/2022, que regulamenta as cotações de preços em âmbito municipal.

A título de esclarecimento, cabe registrar sobre quais parâmetros da Tabela CMED recairá o percentual de desconto ofertado pelo licitante. Nesse sentido, a própria ANVISA, em sua página institucional junto ao Governo Federal (<https://www.gov.br/anvisa/pt-br/assuntos/medicamentos/cmed/compras-publicas/lista-de-precos-maximos-para-compras-publicas>), orienta expressamente em quais situações cada parâmetro deve ser utilizado, confira-se:



A lista de preços de medicamentos para compras públicas contém o teto de preço pelo qual entes da Administração Pública podem adquirir medicamentos.

O Preço Máximo de Venda ao Governo (PMVG) é o teto de preço para compra dos medicamentos inseridos na lista de produtos sujeitos ao CAP e de todos os medicamentos adquiridos por força de decisão judicial.

O Preço Fábrica (PF) é o preço teto a ser observado quando o medicamento não estiver contido na lista de medicamentos sujeitos ao CAP nem for adquirido por decisão judicial.

Assim, o preço a ser consultado em cada caso é descrito a seguir:

Compra de medicamento na lista do CAP	Compra de qualquer medicamento por determinação judicial	Compra SEM determinação judicial e medicamento NÃO está na lista do CAP
PMVG	PMVG	PF

As informações acima destacadas e constantes na página oficial da Anvisa podem ser sintetizadas na seguinte forma:

Situação da compra	Parâmetro CMED aplicável	Observações
Medicamento constante na lista do CAP	PMVG	Aplica-se o teto previsto na lista de medicamentos sujeitos ao CAP
Medicamento adquirido por determinação judicial	PMVG	Independentemente de estar ou não na lista do CAP
Medicamento não constante na lista do CAP e sem determinação judicial	PF	Deve ser observado o Preço Fábrica como limite máximo

Assim, a definição do parâmetro aplicável se dará caso a caso, no momento do fornecimento, a depender do medicamento solicitado pela secretaria demandante. A legislação e as orientações da ANVISA deixam claro que o **PMVG deve ser aplicado quando o medicamento estiver sujeito ao CAP ou for adquirido por decisão**



**judicial, ao passo que o PF deve ser utilizado quando se tratar de medicamentos não incluídos no CAP e não sujeitos a determinação judicial.**

Dessa forma, a administração e a futura contratada deverão observar a correta interpretação e aplicação dos critérios no caso concreto, a fim de garantir a conformidade com as normas regulatórias e com o edital do certame.

## **VII. JUSTIFICATIVAS PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA CONTRATAÇÃO**

É fato que compete à Administração buscar o menor dispêndio possível de recursos, assegurando a qualidade da aquisição e/ou da prestação do serviço, o que exige a escolha da solução mais adequada e eficiente dentre as diversas opções existentes, por ocasião da definição do objeto e das condições da contratação, posto que é essa descrição que impulsiona a seleção da proposta mais vantajosa, objetivo precípua da licitação.

Sabe-se, também, que a ordem instituída na Lei nº 14.133/2021 orienta no sentido de que deve ser observado o princípio do parcelamento, *quando for tecnicamente viável e economicamente vantajoso* (art. 47, inciso II).

Optou-se pelo não parcelamento do objeto, licitando os medicamentos em um único lote, a fim de proporcionar o melhor atendimento do interesse público e das necessidades da Administração. A contratação não será parcelada por item, por ser adotado o critério de desconto como forma de concorrência de mercado, sendo vencedora a empresa que ofertar o maior percentual de desconto sobre a Tabela CMED.

Assim, a concentração do objeto em um único item/lote otimizará a gestão da contratação, de modo a oferecer maior amplitude ao certame, considerando ser, do ponto de vista técnico e econômico, mais viável e vantajoso à Administração Pública Municipal.

## **VIII. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

O Processo Administrativo n. 036/2025, Pregão Eletrônico n. 05/2025, cujo objeto é a aquisição de medicamentos que não façam parte da farmácia básica, através





da oferta de maior percentual de desconto sobre o Catálogo da ABCFARMA, é uma contratação correlata, na medida em que será substituída pelo processo objeto deste estudo.

#### **IX. DEMONSTRATIVO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO DE CONTRATAÇÕES ANUAL, DE MODO A INDICAR O SEU ALINHAMENTO COM OS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DO ÓRGÃO OU ENTIDADE**

A presente contratação está alinhada com o Plano de Contratações Anual para o exercício de 2026, de acordo com a Lei Federal nº. 14.133/2021. O plano foi publicado no Portal Nacional das Contratações Públicas, conforme dados abaixo:

- I) ID PCA no PNCP: 03576220000156-0-000001/2026
- II) Data de publicação no PNCP: 31/10/2025
- III) Data de republicação no PNCP: 19/01/2026
- IV) Id do item no PCA: 251/2026
- V) Classe/Grupo: 2541969657 Aquisição de Medicamentos Tabela CMED

#### **X. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS EM TERMOS DE ECONOMICIDADE E DE MELHOR APROVEITAMENTO DOS RECURSOS HUMANOS, MATERIAIS E FINANCEIROS DISPONÍVEIS.**

O objetivo geral da contratação é garantir a continuidade, a integralidade e a eficiência da assistência farmacêutica municipal, promovendo o acesso da população a medicamentos não padronizados, com maior economicidade, agilidade e segurança, contribuindo para a melhoria da qualidade dos serviços públicos de saúde e para o fortalecimento da política de saúde local.

A contratação permitirá reduzir despesas e otimizar os gastos públicos por meio de economia de escala, obtenção de descontos sobre preços regulados, eliminação de aquisições emergenciais mais onerosas, melhor controle de estoques e racionalização do planejamento orçamentário, além de garantir preços mais competitivos e transparência nos processos de compra.



A contratação contribui para melhor aproveitamento dos recursos humanos ao reduzir a carga operacional dos servidores, permitindo que se concentrem em atividades estratégicas e de gestão, além de agilizar rotinas administrativas e proporcionar apoio técnico especializado, otimizando o funcionamento da equipe municipal de saúde.

A contratação possibilita melhor aproveitamento dos recursos materiais e financeiros ao padronizar procedimentos, modernizar a gestão de estoques, substituir itens desgastados e adotar práticas mais eficientes, resultando em menor necessidade de manutenção, redução de perdas, maior durabilidade dos insumos e continuidade operacional dos serviços de saúde.

A contratação gera benefícios institucionais e sociais relevantes, como a melhoria da qualidade dos serviços públicos de saúde, aumento da segurança sanitária, ampliação da capacidade de atendimento, fortalecimento da política pública de assistência farmacêutica e ganhos diretos à população, demonstrando valor público e pleno atendimento ao interesse da Administração.

Portanto, a contratação pretendida configura-se como uma solução racional, eficiente e alinhada aos princípios da economicidade, eficiência e interesse público, conforme estabelecido na Lei nº 14.133/2021, beneficiando diretamente a comunidade de Bataguassu por meio de políticas públicas mais eficazes, ágeis e de maior alcance.

## **XI. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA ADMINISTRAÇÃO PREVIAMENTE À CELEBRAÇÃO DO CONTRATO, INCLUSIVE QUANTO À CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES PARA FISCALIZAÇÃO E GESTÃO CONTRATUAL**

Antes da celebração do contrato, a Administração designará formalmente os fiscais e gestores do contrato/ata, por meio de portaria/decreto, garantindo que os agentes públicos envolvidos tenham conhecimento prévio das responsabilidades inerentes à sua função, com vistas a assegurar a adequada execução contratual e o atendimento às exigências legais e técnicas.

Essa medida visa promover maior eficiência na execução contratual, mitigar riscos operacionais e assegurar a conformidade com os princípios da legalidade, eficiência,



economicidade e controle previstos na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.

## **XII. DESCRIÇÃO DE POSSÍVEIS IMPACTOS AMBIENTAIS E RESPECTIVAS MEDIDAS MITIGADORAS, INCLUÍDOS REQUISITOS DE BAIXO CONSUMO DE ENERGIA E DE OUTROS RECURSOS, BEM COMO LOGÍSTICA REVERSA PARA DESFAZIMENTO E RECICLAGEM DE BENS E REFUGOS, QUANDO APLICÁVEL**

Considerando que trata-se de aquisição de medicamentos e ainda que, a administração municipal não dispõe de um profissional técnico da área ambiental (engenheiro ambiental ou similar) disponível para realizar o levantamento de possíveis impactos ambientais e suas medidas mitigadoras, esta equipe de planejamento deixará de abordar este tópico.

## **XIII. GERENCIAMENTO DE RISCOS**

<b><u>RISCO 1</u></b>	<b>Atraso na entrega do bem ou execução do serviço</b>
<b>ETAPA</b>	( ) Planejamento ( ) Seleção do fornecedor ( X ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( X ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( X ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Medida(s)</b>	Estabelecer prazos contratuais claros e razoáveis; prever aplicação de multa por atraso.
<b>Responsável</b>	Fiscal do Contrato
<b><u>RISCO 2</u></b>	<b>Inexecução total ou parcial do objeto</b>
<b>ETAPA</b>	( ) Planejamento ( ) Seleção do fornecedor ( X ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( X ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( ) Médio



	( <input checked="" type="checkbox"/> ) Alto ( ) Muito alto
<b>Medida (s)</b>	Notificação da contratada, aplicação de penalidades
<b>Responsável</b>	Secretaria demandante e Fiscal do Contrato
<b><u>RISCO 3</u></b>	<b>Empresa não possuir todos os documentos de habilitação</b>
<b>ETAPA</b>	( ) Planejamento ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Seleção do fornecedor ( ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Baixo ( ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( ) Médio ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Alto ( ) Muito alto
<b>Medida (s)</b>	Conferência rigorosa dos documentos habilitatórios apresentados pela empresa, retenção de pagamento no caso de não possuir todas as certidões de regularidade fiscal
<b>Responsável</b>	Setor de licitação e fiscal de contrato
<b><u>RISCO 4</u></b>	<b>Descumprimento das obrigações contratuais</b>
<b>ETAPA</b>	( ) Planejamento ( ) Seleção do fornecedor ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Medida (s)</b>	notificação para regularização da situação, aplicação de penalidades
<b>Responsável</b>	Fiscal do contrato
<b><u>RISCO 5</u></b>	<b>Entrega ou execução do objeto em desacordo com a proposta</b>
<b>ETAPA</b>	( ) Planejamento ( ) Seleção do fornecedor ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Execução do Contrato
<b>Probabilidade</b>	( ) Muito baixo ( <input checked="" type="checkbox"/> ) Baixo ( ) Médio ( ) Alto ( ) Muito alto
<b>Impacto</b>	( ) Muito baixo ( ) Baixo ( ) Médio



	( X ) Alto ( ) Muito alto
<b>Medida (s)</b>	Realização de conferência rigorosa no recebimento; recusa de itens/serviços em desconformidade com previsão contratual
<b>Responsável</b>	Fiscal do contrato

**MAPA DE RISCO**

I M P A C T O	P R O B A B I L I D A D E					
		MUITO BAIXO	BAIXO	MÉDIO	ALTO	MUITO ALTO
	MUITO ALTO	Médio	Alto	Extremo	Extremo	Extremo
	ALTO	Médio	Alto	Alto	Alto	Extremo
	MÉDIO	Médio	Médio	Alto	Alto	Extremo
	BAIXO	Baixo	Baixo	Médio	Alto	Alto
	MUITO BAIXO	Baixo	Baixo	Médio	Médio	Médio

LEGENDA: Vermelho: Risco extremo – Amarelo: Risco alto – Branco: Risco médio e Verde: Risco baixo.

**XIV. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO PARA O ATENDIMENTO DA NECESSIDADE A QUE SE DESTINA**

Após análises e levantamentos, com base no estudo exposto acima, pode-se concluir que o objeto de contratação do presente ETP é viável, além de ser necessário para o atendimento das necessidades e interesses da Administração Pública, estando em conformidade com Lei Orçamentária Anual – Lei Municipal nº 3.228 DE 22/12/2025.

Bataguassu-MS, 23 de janeiro de 2026.



PREFEITURA MUNICIPAL DE  
**BATAGUASSU**  
ORDEM E PROGRESSO | 2025 - 2028

**SEPLAN**

Secretaria Municipal de  
Planejamento e Licitações

## Elaboração:

NATHALIA SCHULZ  
CARDOSO:03094521  
126

Assinado de forma digital por  
NATHALIA SCHULZ  
CARDOSO:03094521126  
Dados: 2026.01.23 11:46:29 -03'00'

**Nathália Schulz Cardoso**  
Equipe de Planejamento  
Portaria n. 709/2025



Documento assinado digitalmente  
**ANA LAURA LIMA PAES**  
Data: 23/01/2026 14:57:17-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Ana Laura Lima Paes**  
Coordenadora do Setor de  
Assistência Farmacêutica

**KAUAN LUCIO  
FERREIRA DA  
ROSA:05898049100**

Assinado de forma digital por  
KAUAN LUCIO FERREIRA DA  
ROSA:05898049100  
Dados: 2026.01.23 11:52:03  
-03'00'

**Kauan Lucio Ferreira da Rosa**  
Equipe de Planejamento  
Portaria n. 709/2025

## Aprovado por:

**ALINE DA  
SILVA  
CAUNETO:22  
186855828**

Assinado digitalmente por ALINE DA SILVA  
CAUNETO:22186855828  
ND: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da  
Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB e-  
CPF A1, OU=(EM BRANCO), OU=  
45191144000100, OU=videoconferencia,  
CN=ALINE DA SILVA  
CAUNETO:22186855828  
Razão: Eu sou o autor deste documento  
Localização:  
Data: 2026.01.23 11:57:05-03'00'  
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.1

**Aline da Silva Cauneto**  
Secretária Municipal de Saúde  
Decreto nº 001/2025





# ANEXO

## ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

**OBJETO:** Análise da viabilidade técnica e econômica da melhor solução para atendimento da demanda por medicamentos éticos, similares, genéricos e biológicos que não fazem parte da Farmácia Básica atendendo às necessidades operacionais das Secretaria Municipal de Saúde de Bataguassu/MS, pelo período de 12 meses.

- Termo de Homologação Processo Administrativo n. 036/2025, Pregão Eletrônico n. 05/2025;
- Relatório de consumo do contrato gerado pelo Processo Administrativo n. 036/2025, Pregão Eletrônico n. 05/2025.

Ano	Numero	FORNECEDOR	PERÍODO			PROCESSO			
			Inicio	Término de Origem	Término do aditivo	Proc Lic/Ano	Nº Proc	Nº Lic	Modalidade
2025	000061	LEMOS - DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	07/05/2025	07/05/2026	07/05/2026	000036/25	036	0005/25	PREGÃO ELETRÔNICO

OBJETO DO CONTRATO

Tempo de Execução: 1 Ano

Aquisição de medicamentos que não façam parte da farmácia básica, através da oferta de maior percentual de desconto sobre o Catálogo da ABC Farma, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Bataguassu/MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e seus anexos.

Valor Contratado: R\$ 285.000,00

Valor Aditado/Ajuste: R\$ 71.250,00

Valor Total: R\$ 356.250,00

	Emp	Liq	Pag
Empenhos	356.092,14		
Liquidações		355.953,45	
Pagamentos			355.953,45

	Empenhos	Liquidações	Pagamentos
Exercícios Ant.	R\$ 356.092,14	R\$ 355.953,45	R\$ 355.953,45
Exercício Atual	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00
Totais	R\$ 356.092,14	R\$ 355.953,45	R\$ 355.953,45
À Empenhar	R\$ 157,86	À Liquidar	À Pagar
		R\$ 296,55	R\$ 138,69

Fornecedor do Contrato:		
Fornecedor	CPF/CNPJ	Início da Vigência
6176 LEMOS - DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA	16.752.682/0001-29	07/05/2025

Aditivos:					
Aditivo	Emissão	Tipo	Valor	Início da Vigência	Term. da Vigência
00001/25	05/11/2025	Acréscimo	R\$71.250,00	05/11/2025	07/05/2026

Empenhos do Exercício / Restos à Pagar:

Gestão	Exercício	Empenho	Ficha	Valor	Liquidado	Pago	Anulado	Á Pagar
2	2025	1525	8004	R\$138,69	R\$0,00	R\$0,00	R\$0,00	R\$138,69

			Contratual	Aditivado	Liquidado	Empenhado	Pago	Saldo
Total dos contratos...			285.000,00	71.250,00	355.953,45	356.092,14	355.953,45	296,55



## TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Código Registro TCE: CCEE8E7924760CDD54B87DC484648F12A91C27CA

Com base nas informações constantes no **Processo Administrativo nº 036/2025**, referente ao **Pregão Eletrônico nº 005/2025**, que versa sobre: **Aquisição de medicamentos que não façam parte da farmácia básica, através da oferta de maior percentual de desconto sobre o Catálogo da ABC Farma, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Bataguassu/MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e seus anexos, visando atender as demandas da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Bataguassu/MS, pelo período de 12 (doze) meses, considerando que foram observados os prazos recursais e acompanhando o Parecer Técnico da Controladoria Geral do Município, nos termos do art.71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, em sua atual redação HOMOLOGO o procedimento licitatório e o objeto em nome da empresa: LEMOS – DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA, CNPJ nº 16.752.682/0001-29, vencendo o Lote 01 (Ampla Concorrência) perfazendo o valor de R\$ 285.000,00(duzentos e oitenta e cinco mil reais) e um desconto de 19% sobre o catálogo ABC FARMA.**

**Perfaz por sua vez o valor total da licitação o montante de R\$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais) e um desconto de 19% sobre o catálogo ABC FARMA.**

Publique-se.

Bataguassu/MS, 06 de maio de 2025.

**Aline Silva Cauneto**  
Secretária Municipal de Saúde  
Decreto 001/2025

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

a) O presente Termo Apostilamento tem por objetivo:

b) Ajustamento do Plano de Trabalho.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA RATIFICAÇÃO**

Ficam mantidas todas as disposições e cláusulas do Convênio nº 002/2024, não alteradas pelo presente termo.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Bataguassu para esclarecer as dúvidas de interpretações deste Instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente.

**CLÁUSULA QUARTA - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

5.1 - Aplicam-se os dispositivos, no que couber, a Lei Federal nº 13.019/2014, que não foram mencionados neste instrumento.

5.2 - E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo que também subscrevem.

DATA DA ASSINATURA: Bataguassu/MS., 06 de maio de 2025.

ASSINAM: WANDERLEIA CARAVINA/ULISSES NUMMAN GALVAN

Matéria enviada por Sidney Alves de Oliveira

**PREFEITURA (CONVÊNIOS)****TERMO DE FOMENTO Nº: 021/2025****PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE BATAGUASSU E A ENTIDADE CEMEIA – CENTRO EDUCACIONAL MULTIDISCIPLINAR E INTEGRADOR DE AUTISTAS, PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.**

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE BATAGUASSU**, pessoa jurídica, inscrito no CNPJ/MF sob nº 03.576.220/0001-56, estabelecida nesta cidade, na Av. Aquidauana, 1001, neste ato representado por sua Prefeita Municipal **Srª. WANDERLEIA CARAVINA**, portadora da cédula de identidade RG nº 632594 SSP/MT e do CPF nº 432.731.491-91, e o **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE BATAGUASSU**, Pessoa Jurídica de Direito Público, com sede à Av. Aquidauana, 1001, na cidade de Bataguassu – MS, inscrita no CNPJ 10.836.939/0001-44, neste ato representado pela Secretária Municipal de Saúde, **ALINE DA SILVA CAUNETO**, designada pelo decreto nº 001/2025, de 02 de janeiro de 2025, portadora da Cédula de Identidade nº 295.522.56-SSP/SP e CPF nº 221.868.558-28, doravante denominadas **CONCEDENTES** e do outro lado **CEMEIA – CENTRO EDUCACIONAL MULTIDISCIPLINAR E INTEGRADOR DE AUTISTAS**, pessoa jurídica, inscrita no CNPJ nº 50.118.203/0001-55, estabelecida nesta cidade, na Av. Cuiabá, nº 41 - centro, neste ato representado por seu Presidente, **DOUGLAS LEMOS XAVIER**, portador do RG nº 968947-SSP/MS, CPF nº 976.562.831-53, doravante denominada **PROPONENTE**, resolvem celebrar o **TERMO DE FOMENTO**, com fundamento na Lei Federal nº 13.019 de 31 de Julho de 2.014 e suas alterações, Decreto nº 193 de 11 de maio de 2.022 e Lei Municipal nº 3.109/2024 de 10 de dezembro de 2024, diante das seguintes cláusulas e condições:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Termo de Fomento tem por objeto a parceria com Organização da Sociedade Civil por meio de repasse de recursos financeiros do Fundo Municipal de Saúde a título de Subvenção Social, para custeio das atividades de atendimento às pessoas Autista, conforme Plano de Trabalho anexo a este Termo, que será parte integrante e indissociável.

**CLÁUSULA QUINTA – DO REPASSE E CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO**

5.1 - Para a execução das atividades previstas neste Termo de Fomento, no presente exercício, a **CONCEDENTE** transferirá a **PROPONENTE**, de acordo com o cronograma de execução, o valor de **R\$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais)**. Repassadas em 09 (nove) parcelas.

5.2 - As despesas desse termo ocorrerão por conta do Programa de Trabalho **02.10.10.10.301.0105.2028 e Natureza de Despesa 33.50.43.00 – Fonte 1.500.0000 - F.M.S.**

5.3 - As partes reconhecem que caso haja necessidade de contingenciamento orçamentário e a ocorrência de cancelamento de restos a pagar, exigível ao cumprimento de metas segundo a Lei de Responsabilidade Fiscal, o quantitativo deste objeto poderá ser reduzido até a etapa que apresente funcionalidade.

**CLÁUSULA NONA – DA VIGÊNCIA**

Este Instrumento tem sua vigência contada a partir da data de sua assinatura e término em **31/12/2025**.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO FORO**

As partes elegem o Foro da Comarca de Bataguassu para esclarecer as dúvidas de interpretações deste Instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente.

DATA DA ASSINATURA: Bataguassu/MS., 24 de abril de 2.025.

ASSINAM: **WANDERLEIA CARAVINA/DOUGLAS LEMOS XAVIER**

Matéria enviada por Sidney Alves de Oliveira

**TERMO DE ADJUDICAÇÃO**

**Código Registro TCE: CCEE8E7924760CDD54B87DC484648F12A91C27CA**

Com base nas informações constantes no **Processo Administrativo nº 036/2025**, referente ao **Pregão Eletrônico nº 005/2025**, que versa sobre: **Aquisição de medicamentos que não façam parte da farmácia básica, através da oferta de maior percentual de desconto sobre o Catálogo da ABC Farma, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Bataguassu/MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste**

**Edital, no Termo de Referência e seus anexos**, visando atender as demandas da **Secretaria Municipal de Saúde do Município de Bataguassu/MS**, pelo período de **12 (doze) meses**, considerando que foram observados os prazos recursais e acompanhando o Parecer Técnico da Controladoria Geral do Município, nos termos do art.71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, em sua atual redação **ADJUDICO** o objeto em nome da empresa: **LEMONS – DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**, CNPJ nº **16.752.682/0001-29**, vencendo o **Lote 01 (Ampla Concorrência)** perfazendo o valor de **R\$ 285.000,00(duzentos e oitenta e cinco mil reais)** e um desconto de **19%** sobre o catálogo **ABC FARMA**.

**Perfaz por sua vez o valor total da licitação o montante de R\$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais)** e um desconto de **19%** sobre o catálogo **ABC FARMA**.

Publique-se.

Bataguassu/MS, 06 de maio de 2025.

**Aline Silva Cauneto**  
Secretária Municipal de Saúde  
Decreto 001/2025

Matéria enviada por Lucas Barbosa Pereira

**TERMO DE HOMOLOGAÇÃO**  
**Código Registro TCE: CCEE8E7924760CDD54B87DC484648F12A91C27CA**

Com base nas informações constantes no **Processo Administrativo nº 036/2025**, referente ao **Pregão Eletrônico nº 005/2025**, que versa sobre: **Aquisição de medicamentos que não façam parte da farmácia básica, através de oferta de maior percentual de desconto sobre o Catálogo da ABC Farma, para atender a Secretaria Municipal de Saúde de Bataguassu/MS, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital, no Termo de Referência e seus anexos**, visando atender as demandas da **Secretaria Municipal de Saúde do Município de Bataguassu/MS**, pelo período de **12 (doze) meses**, considerando que foram observados os prazos recursais e acompanhando o Parecer Técnico da Controladoria Geral do Município, nos termos do art.71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133/2021, em sua atual redação **HOMOLOGO** o procedimento licitatório e o objeto em nome da empresa: **LEMONS – DISTRIBUIDORA HOSPITALAR LTDA**, CNPJ nº **16.752.682/0001-29**, vencendo o **Lote 01 (Ampla Concorrência)** perfazendo o valor de **R\$ 285.000,00(duzentos e oitenta e cinco mil reais)** e um desconto de **19%** sobre o catálogo **ABC FARMA**.

**Perfaz por sua vez o valor total da licitação o montante de R\$ 285.000,00 (duzentos e oitenta e cinco mil reais)** e um desconto de **19%** sobre o catálogo **ABC FARMA**.

Publique-se.

Bataguassu/MS, 06 de maio de 2025.

**Aline Silva Cauneto**  
Secretária Municipal de Saúde  
Decreto 001/2025

Matéria enviada por Lucas Barbosa Pereira

**PORTARIA Nº 358/2025 DE 06 DE MAIO DE 2025**

**“NOMEIA FISCAL E GESTOR DE CONTRATO”**

A **PREFEITA MUNICIPAL DE BATAGUASSU/MS**, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e tendo em vista o disposto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** Nomear fiscal, suplente e gestor do contrato descrito no artigo 2º, conforme abaixo:

	FISCAL	SUPLENTE	GESTOR
Servidor	Belisa Feitosa Padovam	Geovana Fonseca Lopes	Ronaldo de Souza Marcilio
Cargo	Coordenadora de Turismo	Chefe de Núcleo	Gerente de Gestão de Contratos
Matrícula	117744	117445	11029-4
Vínculo	Cargo de Confiança	Cargo de Confiança	Efetivo
Secretaria	Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico	Secretaria de Turismo e Desenvolvimento Econômico	Administração e Finanças

**Art. 2º** A equipe de fiscalização e gestão designada no art. 1º, deverá atuar no âmbito do contrato abaixo referenciado:

Nº DO CONTRATO	060/2025
OBJETO	Contratação da empresa SEBRAE/MS, para execução do Programa Cidade Empreendedora Excelência – Ciclo 2025/2028, com a proposta de realização de serviço de consultoria, instrução e orientação em gestão de processos, nas áreas de compras públicas e acesso ao crédito; empreendedorismo na escola; gestão municipal; identidade, vocação e mercado; inclusão socioproductiva; lideranças locais; governança; sala do empreendedor; e simplificação.
CONTRATADO	SERVICO DE APOIO AS MICRO E PEQU EMPR DE MS SEBRAE MS
CNPJ DO CONTRATADO	15.419.591/0001-03
VIGÊNCIA	36 MESES